



SUMÁRIO

LEGISLATIVAS 2025

**PORTUGAL
NÃO PODE
PARAR**

AD
COLIGAÇÃO 
PSD/CDS

Índice

SUMÁRIO EXECUTIVO	8
PARTE I: MAIS QUE PROMESSAS: RESULTADOS	22
PARTE II: PROGRAMA SOCIAL E DE GOVERNAÇÃO	71
COM AMBIÇÃO	72
QUALIFICAÇÃO	72
Educação e Formação	72
1. Porque é preciso continuar	72
2. Metas	73
3. Medidas	74
Ciência, Ensino Superior e Inovação	77
1. Porque é preciso continuar	77
2. Metas	79
3. Medidas	80
Cultura	85
1. Porque é preciso continuar	85
2. Metas	85
3. Medidas	86
SUSTENTABILIDADE	89
Ambiente, Água, Ação Climática e Proteção Animal e dos Ecossistemas	89
1. Porque é preciso continuar	89
2. Metas	91
3. Medidas	92

Agricultura, Florestas e Alimentação	98
1. Porque é preciso continuar	98
2. Metas	99
3. Medidas	101
Mar e Pescas	106
1. Porque é preciso continuar	106
2. Metas	107
3. Medidas	108
Cidades, Comunidades e Coesão Territorial	110
1. Porque é preciso continuar	110
2. Metas	111
3. Medidas	112
COM SENSIBILIDADE SOCIAL	114
Saúde	114
1. Porque é preciso continuar	114
2. Metas	119
3. Medidas	121
Habitação	126
1. Porque é preciso continuar	126
2. Metas	130
Trabalho	132
1. Porque é preciso continuar	132
2. Metas	134
3. Medidas	134
Migrações	136
1. Porque é preciso continuar	136
2. Metas	140
3. Medidas	140

Políticas Sociais, Segurança Social, Natalidade, Longevidade e Bem-estar	143
1. Porque é preciso continuar	143
2. Metas	145
3. Medidas	146
Diversidade, Inclusão e Igualdade entre Mulheres e Homens	151
1. Porque é preciso continuar	151
2. Metas	152
3. Medidas	153
Desporto e Atividade Física	157
1. Porque é preciso continuar	157
2. Metas	157
3. Medidas	158
COM SENTIDO DE ESTADO	160
Transparência e Combate à Corrupção	160
1. Porque é preciso continuar	160
2. Metas	160
3. Medidas	161
Sistema Político e Eleitoral	163
1. Porque é preciso continuar	163
2. Metas	164
3. Medidas	164
Comunicação Social e Combate à Desinformação	165
1. Porque é preciso continuar	165
2. Metas	166
3. Medidas	166
Defesa do Consumidor	167
1. Porque é preciso continuar	167
2. Metas	168
3. Medidas	168

Justiça	168
1. Porque é preciso continuar	168
2. Metas	170
3. Medidas	170
Segurança e Proteção Civil	177
1. Porque é preciso continuar	177
2. Metas	179
3. Medidas	179
Defesa Nacional	184
1. Porque é preciso continuar	184
2. Metas	186
3. Medidas	186
Política Externa, Comunidades e Assuntos Europeus	189
1. Porque é preciso continuar	189
2. Metas	190
3. Medidas	191
CENÁRIO ORÇAMENTAL	198
PARTE III: PROGRAMA ECONÓMICO	199

Sumário Executivo

Num contexto exigente, marcado por desafios acumulados e por um ambiente internacional instável, a AD – Coligação PSD/CDP-PP (AD) assumiu a governação, em abril de 2024, com sentido de missão e de que era possível fazer mais, melhor e realmente diferente.

Ao longo deste ano, e enquanto lá fora as tensões e a instabilidade se agravavam, em Portugal, o Governo decidiu e executou, resolveu problemas concretos da vida das pessoas e imprimiu um novo rumo de transformações no País, que lhe assegurou prosperidade e estabilidade económica, financeira e política.

É importante continuar a ação reformista e os bons resultados deste primeiro ano de governação, e prosseguir as transformações e estabilidade política temporariamente interrompidas.

Apesar do contexto internacional difícil e dos constrangimentos parlamentares internos, o Governo da AD não desperdiçou tempo para governar com determinação. Em menos de doze meses, provámos que era possível romper, governar com mais competência e que os portugueses poderiam ganhar com isso.

Cumprimos. Cumprimos com os rendimentos, com a segurança, com o Estado Social. Fizemos o que era urgente e lançámos os alicerces do que é essencial.

Aumentámos os rendimentos. Aumentámos o salário mínimo de 820€ para 870€. O salário médio cresceu a um ritmo acelerado: mais de 6% só em 2024, ultrapassando os 1.600€ mensais. Subimos as pensões, suplementadas com um pagamento extraordinário para as pensões até cerca de 1.500€, e pelo reforço do complemento solidário para idosos de 550€ para 630€. Baixámos os impostos sobre o rendimento. Por isso, no último ano o rendimento real disponível dos portugueses cresceu cerca de 8% - o dobro do ano anterior. Os portugueses ganharam poder de compra.

Lançámo-nos na recuperação do Estado e dos serviços públicos. Começando pelos seus trabalhadores, valorizámos 19 carreiras, reconhecendo o mérito e a dedicação dos seus profissionais.

Governámos com sentido de urgência e com foco nos problemas reais. Na imigração, impusemos regras e ordem onde antes havia desorganização, promovendo sempre a integração e os valores humanistas. E na segurança, sem hesitações, devolvemos tranquilidade ao país.

Mostrámos que a mudança é possível e que pode ser acelerada, com um rumo claro e trabalho sério e determinado. Os resultados falam por si: a economia cresceu 1,9% em 2024, superando não só a meta do nosso programa eleitoral (1,6%), como também as previsões do Partido Socialista (1,5%) e as estimativas médias da União Europeia.

Ao mesmo tempo, alcançámos um excedente orçamental de 0,7%, em linha com o compromisso assumido perante os portugueses e acima das previsões do Orçamento do Estado para 2024 (0,2%) e do programa eleitoral do PS (0,4%).

Fizemo-lo sem aumentar qualquer imposto – algo inédito em 50 anos de democracia – com contas certas ao serviço das pessoas, de modo equilibrado e virtuoso.

Provámos que contas certas podem ser contas boas: alcançadas enquanto os impostos baixaram, se valorizaram pensões e trabalhadores públicos, e o investimento público acelerou.

Conciliámos responsabilidade orçamental com a recuperação do Estado Social. A saúde é disso um exemplo: o ponto de partida era dramático e extraordinariamente exigente, mas a melhoria significativa dos resultados está a acontecer. Regista-se um progresso expressivo nos indicadores críticos, com a diminuição das listas de espera para doentes oncológicos e não oncológicos, dos tempos de espera nas urgências, e da mortalidade neste último inverno. E com o aumento do número de portugueses com médico de família. Tal foi possível, valorizando os profissionais de saúde, reforçando e investimento e melhorando a gestão do SNS. Mas, também, reforçando a cooperação com os setores privado e social, com a única prioridade de servir melhor os cidadãos.

A saúde é um exemplo paradigmático: partindo de uma herança pesada encontrada há um ano, com um setor em crise gravíssima, foi possível começar a dar a volta e a apresentar resultados. Nunca abdicando do SNS como pilar central do sistema, mas também sem dispensar a mobilização de todos os setores e profissionais, a transformação está em curso. E se tamanhos problemas encontrados não se resolveriam num ano, a melhoria significativa está já a acontecer. É preciso continuar, e evitar voltar a piorar.

O mesmo desafio da reabilitação estendia-se, infelizmente, a muitos outros setores e serviços essenciais. Da educação à habitação, da imigração à justiça, da segurança aos transportes. A herança era pesada e as dificuldades não se conseguiriam resolver de um dia para o outro. Mas, em todos eles, as políticas mudaram neste primeiro ano. A fixação ideológica e burocrática caiu, decisões corajosas foram tomadas, a gestão está a melhorar, e a receita envolve sempre o diálogo social e a mobilização conjunta de ofertas pública, privada e social. Por isso, em todos eles, os resultados começaram a aparecer.

Na educação e na habitação, como na saúde, não aceitámos, nem aceitamos, que só haja acesso e oportunidades para os mais ricos – os que, em cima da elevada carga fiscal que suportam, ainda conseguem pagar seguros de saúde, colégios privados e explicações para os filhos, e casas a preços ou rendas tão caras para as suas famílias. Também aí o Governo tem transformado, motivando os professores e resolvendo o drama de tantos alunos sem aulas, aumentando a construção de casas públicas e estimulando a oferta privada. A resposta socialista – da planificação que não sai do papel, da burocracia que bloqueia, da rejeição ou até castigo à capacidade privada e social – não funcionou antes, e não funcionaria agora.

Na imigração, o erro das escolhas e a incapacidade na execução, levou Portugal para a mais alteração demográfica da sua história democrática, totalmente impreparado para lidar com ela. A porta escancarada pelas mudanças na lei da imigração, pela extinção incapaz do SEF, pela abolição do controlo e das verificações de segurança dos fluxos migratórios, e pelo desmantelamento das políticas de integração, criou um problema para todos: portugueses e estrangeiros que nos procuraram. A imigração aumentou muito, o Estado e os serviços públicos não se prepararam, e a desumanidade para com os imigrantes, e a intranquilidade de todos cresceram.

O Governo recusou ceder aos discursos fáceis dos extremos populistas, uns pelas portas escancaradas, e outros pelas portas todas fechadas. Uns, negando os desafios colocados por tão significativa mudança demográfica. Outros, insistindo em falsidades, como a culpabilização por um aumento generalizado da criminalidade que não aconteceu, ou uma exploração massiva de prestações sociais, que é desmentida pelo saldo largamente positivo que os imigrantes, pelo menos neste curto prazo, geram para a segurança social. Em alternativa, o Governo mudou a política de imigração, e com coragem, tomou medidas que impuseram regras e controlo nas fronteiras e no território nacional, e uma integração humanista de quem recebemos, feita de direitos e deveres. A política de imigração mudou, é agora firme, mas moderada, regulada e humanista, e já está a ter resultados. Porém, também aqui, há ainda muito para continuar a fazer.

Como sempre, a AD soube e sabe que a prosperidade e justiça social se fazem de combinação de crescimento e redistribuição, de trabalhadores e empresas, da complementaridade virtuosa entre público, privado e social.

Recuperámos, por isso, a aposta nas empresas e na livre iniciativa privada e social, virando a página aos tempos de desconfiança (e até embaraço) que governos anteriores lhes devotaram.

Apoiámos as empresas, reduzindo burocracias, custos de contexto e obstáculos à internacionalização. Promovemos o empreendedorismo, incentivámos a escala e facilitámos o acesso ao financiamento. Porque só com um tecido económico dinâmico é possível gerar mais e melhores empregos e, assim, mais e melhor redistribuição.

Pensámos na resolução dos problemas concretos das pessoas no curto prazo, mas também nas transformações estruturais necessárias à prosperidade no longo prazo. Tomámos decisões e pusemos em marcha projetos de infraestruturas e equipamentos que aguardavam, paralisadas, há décadas. Acelerámos investimentos públicos e PRR, enquanto conseguimos atrair grandes investimentos estrangeiros geradores de muitos milhares de empregos e valor acrescentado, por décadas.

Um exemplo demonstrativo de transformação estrutural é a água. Os recursos hídricos são fundamentais à vida humana, às atividades económicas, especialmente agrícola e turística, e à sustentabilidade ambiental. Há muito são conhecidos os riscos de escassez e deficiente distribuição no território nacional, agravados pelas alterações climáticas, está a água. Finalmente, porém, um Governo agiu. A água tornou-se um dos grandes desígnios, trabalhos e projetos estruturantes lançados por este Governo. O projeto Água que Une, que dotará o País com as infraestruturas de armazenamento, captação, transporte e uso de água que são indispensáveis a um tempo de escassez e volatilidade hídrica.

Se em apenas um quinto da legislatura cumprimos - e superámos - mais de um terço das promessas (36% do programa e planos de governo), com um mandato completo poderemos conseguir uma transformação social e económica que coloque Portugal ao nível dos seus parceiros europeus.

Num contexto internacional de mudanças profundas, diante de um mundo diferente - mais incerto e inseguro - a nossa democracia precisa por um governo firme e determinado, que garanta estabilidade e previsibilidade ao país, aos cidadãos, às famílias e às empresas. Numa época tão desafiante, o país não pode voltar a receitas do passado, nem arriscar voltar-se para populismos

que assentam em promessas falsas de futuro. Em tempos de fragmentação, do que o país precisa mesmo é de uma liderança corajosa e moderada, firme e prudente, que garanta que se continua a prosseguir no rumo transformador de resolução dos problemas concretos das pessoas.

No plano interno e nas relações internacionais mostrámos responsabilidade e prudência. A nossa gestão das finanças públicas, tanto no último ano, como no compromisso firme de excedentes orçamentais futuros, são testemunho vivo dessa prudência e responsabilidade. Os portugueses sabem o esforço que fizeram para que Portugal seja hoje uma referência europeia de estabilidade económica e financeira e crescimento económico. E, por isso, não perdoariam a quem tivesse como projeto e princípio político o regresso aos défices orçamentais.

A nossa atuação na política externa, relativamente aos conflitos militares - da Ucrânia ao Médio Oriente - e às elevadas tensões geopolíticas e comerciais, mostram prudência proativa e responsabilidade defensora dos interesses nacionais. Os portugueses sabem que os tempos não estão para impulsividade, nem para imaturidade na defesa e representação externa dos interesses nacionais. Os tempos estão para quem, como este Governo, sabe ser simultaneamente um construtor de pontes num mundo conflituoso, e um firme defensor dos portugueses, protegendo-os adequadamente das ameaças e agressões externas, qualquer que seja a sua natureza.

Propomos continuar a oferecer aos portugueses um projeto ambicioso, responsável, reformista e moderado, que:

1. Tenha muita Ambição para Portugal, com os desígnios de alcançar níveis elevados de crescimento que coloquem o país entre os melhores da Europa e acima daqueles com que atualmente nos comparamos, prosseguindo as políticas concretizadas em 2024 que permitiram que Portugal crescesse mais do dobro da média da zona euro; em que a geração dos jovens portugueses possa viver melhor que a dos seus pais e avós e deixe de ter de emigrar em busca de oportunidades; em que as pessoas possam concretizar os seus projetos pessoais de realização e mobilidade social e subir na vida pelo seu esforço e mérito, numa sociedade mais justa;
2. Continue a demonstrar coragem reformista orientada para o reforço dos rendimentos de todos os portugueses ao nível dos salários e das pensões, desde logo com o crescimento do salário mínimo e do salário médio, mas sobretudo com o crescimento da economia sustentados no aumento da competitividade das empresas e do investimento, na qualificação dos portugueses e criação de emprego qualificado, na inovação e geração de valor

acrescentado, no reforço do Portugal empreendedor e exportador, na valorização do mundo rural e do investimento na agricultura, e tendo em atenção os efeitos das alterações climáticas, os fenómenos de seca extrema e a importância da transição energética;

3. Continue a recuperar o Estado Social do definhamento herdado de 8 anos de governação socialista, e que assegure a todos os portugueses a saúde, educação e habitação acessíveis e com qualidade, incluindo exigência na educação e serviços de saúde e de proteção social adequados a uma população cada vez mais envelhecida e com mais longa esperança média de vida;
4. Seja moderado, colocando a dignidade da pessoa humana no centro e como prioridade da ação política, adotando uma cultura democrática, e repudiando extremismos ou populismos de qualquer ponto do espectro ideológico ou partidário;
5. Assuma uma forte consciência social, para erradicar a pobreza, reativar a mobilidade social, garantir que ninguém fica para trás, valorizar a família como célula fundamental da vida económica, social, cultural, educativa e cívica da sociedade, e que aposte nas políticas de natalidade e reforce a confiança nas instituições sociais do terceiro setor;
6. Seja defensor da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade, da segurança dos cidadãos e da defesa do país, respeitador da propriedade privada e da livre iniciativa económica, e empenhado num desenvolvimento sustentável;
7. Governe com elevada exigência ética, integridade, responsabilidade política, respeito pela separação de poderes e pelas instituições, e empenho efetivo no combate à corrupção e tráfico de influências;
8. Seja europeísta, lusófona e atlantista, apostando na participação ativa no processo de integração europeia, na valorização da cultura, valores, língua e das comunidades portuguesas, e no compromisso firme com a pertença à União Europeia, ao Euro, à CPLP e à NATO, demonstrado pela ação e programa políticos e pela estratégia de alianças partidárias domésticas e internacionais;
9. Defenda a abertura de Portugal ao exterior, relativamente às pessoas, ao comércio internacional, ao investimento e à cultura, com uma imigração regulada e um rigor que preservem o interesse nacional e os valores constitucionais do País, a confiança no Estado português, a segurança e o bem-estar de todos, o humanismo na integração, e o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável;

10. Assuma o compromisso de continuar com a gestão sustentável das finanças públicas, em que o equilíbrio orçamental e redução da dívida pública sejam condições e meios indispensáveis que devem ser prosseguidos de modo saudável, reforçando a baixa de impostos sobre os rendimentos das famílias e das empresas, e recuperando o investimento público para resgatar o Estado Social do definhamento herdado dos oito anos da governação socialista;
11. Promova estabilidade política construída em diálogo aberto, construtivo e participado com os diferentes atores e instituições da sociedade, e reforçando a centralidade do diálogo social com os parceiros sociais, de modo a unir os portugueses.

Eixos orientadores da nossa ação

Acreditamos que governar é gerir o presente e preparar o futuro com visão, coragem, estabilidade e responsabilidade. Ao longo do último ano, provámos que é possível transformar Portugal com seriedade, competência e sentido de missão. Este programa assenta em princípios claros, firmes e mobilizadores, que orientam cada medida, cada escolha e cada compromisso que assumimos com os portugueses.

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA SOCIAL

- I. **As pessoas primeiro** - A nossa prioridade é a vida concreta de cada pessoa — em todas as fases da vida e em todas as regiões do país. Queremos uma sociedade mais justa, com políticas direcionadas aos idosos, aos jovens, às mulheres e às famílias. Valorizamos os mais idosos com pensões dignas, Complemento Solidário reforçado e medicamentos gratuitos. Para os mais novos, promovemos habitação acessível, IRS Jovem reduzido e isenção de impostos na compra da primeira casa. Asseguramos igualdade de oportunidades com apoio ao estudo gratuito para alunos carenciados, e defendemos o bem-estar infantil com creches e pré-escolar para todos, e com a regulação do uso de telemóveis nas escolas.
- II. **Melhorar os serviços públicos e combater a burocracia** - O Estado deve estar ao serviço do cidadão, com qualidade, rapidez e justiça. Queremos serviços públicos eficazes e modernos, com decisões administrativas e fiscais dentro dos prazos legais, e pagamentos atempados por parte do Estado. Vamos continuar a modernizar a Administração Pública, eliminar estruturas redundantes, agilizar licenciamentos e criar identificadores únicos para empresas e imóveis. Valorizamos os trabalhadores do Estado, com revisão de car-

reiras, prémios de desempenho e reconhecimento do mérito. A justiça rápida, especialmente em crimes graves e flagrante delito, será também reforçada.

III. Apoiar os mais vulneráveis - Combater as desigualdades exige ação firme e dirigida. Por isso, combatemos as quatro chagas sociais com mais força: violência doméstica, consumo de drogas, sinistralidade rodoviária e situação de sem-abrigo. Nenhum pensionista terá rendimentos abaixo de 870€, e o envelhecimento ativo será incentivado. Na educação, garantimos apoio ao estudo e pré-escolar para todos. A saúde será mais próxima, com mais médicos de família, cuidados domiciliários, gestor do doente crónico, e um reforço de parcerias que ampliam a capacidade de resposta. O apoio social deve chegar onde é mais necessário — com dignidade, eficácia e sem burocracias redundantes.

IV. Ordem e humanismo - A segurança e o humanismo coexistem simbioticamente na nossa visão de uma sociedade democrática, livre e segura. Reforçamos a presença policial, investimos em videovigilância em áreas sensíveis e tornamos a justiça mais célere. Na imigração, garantimos ordem sem abdicar da humanidade: queremos criar uma Unidade de Estrangeiros e Fronteiras na PSP, continuar a regular os fluxos de entrada com base na capacidade de integração do país, e a acelerar os processos de regularização e afastamento de imigrantes em situação ilegal. A integração deve ser reforçada, e a nacionalidade deve ser atribuída com critérios justos e exigentes. Portugal será um país de acolhimento e integração dignos, mas com regras claras.

V. Complementaridade e Concertação de Setores e Iniciativas - Não acreditamos nas visões providencialistas do intervencionismo estatal, da planificação pública e da burocracia dominante. Desconfiamos de quem desconfia da propriedade e iniciativas privada e social. Confiamos no papel de Estado e do serviço público adequadamente justificado e dimensionado e equilibradamente participante. Acreditamos, por isso, que a resposta aos desafios de oferta, de acessibilidade e de qualidade dos serviços essenciais, como a saúde, a educação, ou a habitação, exige a mobilização complementar dos setores público, privado e social. Todos, todos, todos. Tal como acreditamos na concertação social como modo fundamental de decisão e organização coletiva.

PRINCÍPIOS DO PROGRAMA ECONÓMICO

I. Coragem para decidir, responsabilidade e capacidade para fazer - Decidimos com firmeza e executamos com competência. Continuaremos a assegurar saldos orçamentais positivos e a reduzir o peso da dívida pública de forma equilibrada. Fizemos o que nunca tinha sido feito: bai-

pagar impostos e, simultaneamente, valorizar salários e investir nos serviços públicos. Assumimos o compromisso com contas certas, mas não as usamos como pretexto para cortar apoios ou adiar soluções. Este equilíbrio saudável é a base da nossa estabilidade económica.

- II. Liberdade e responsabilidade** - Acreditamos na economia de mercado com responsabilidade social. Apostamos nas empresas como motor do crescimento e na iniciativa privada como aliada do interesse público. Queremos continuar a reduzir o IRC, queremos continuar a simplificar as regras fiscais, e acelerar a justiça tributária e incentivar as exportações. Queremos facilitar o financiamento e proteger as empresas das instabilidades externas. O Estado deve criar condições e definir regras, mas confiar nos cidadãos e nos empresários para liderarem a criação de valor.
- III. Aumentar os rendimentos** - Trabalhar tem de compensar. Vamos continuar a aumentar o salário mínimo — com a meta de 1.100€ — e o salário médio para 2.000€. Garantimos continuar a valorizar as pensões e, aos mais carenciados, que nenhum pensionista ficará com rendimento abaixo dos 870€. É fundamental continuar a reduzir o IRS, especialmente para a classe média, e incentivar a poupança. Valorizamos quem trabalha no público e no privado, reconhecendo o esforço, o mérito e a dedicação.
- IV. Atrair o investimento** - O investimento é motor do crescimento e gera a multiplicação dos salários. Queremos um país mais competitivo, moderno e atrativo. Por isso, apostamos na construção de mais habitação, flexibilizando regras e incentivando a reabilitação urbana, com mais casas públicas e financiamento municipal. Investimos em infraestruturas estratégicas, como o grande programa de gestão de água, essencial para o consumo, agricultura e indústria. Apostamos também na Defesa nacional, com investimento de pelo menos 2% do PIB, gerando emprego e desenvolvimento tecnológico.
- V. Aposta na inovação, capacitação e valor acrescentado** - Uma economia de salários mais elevados precisa de aumentar a produtividade e o seu valor acrescentado, assentando na inovação, modernização das suas organizações e infraestruturas e na capacitação das suas pessoas. Tem que aproveitar as suas vantagens comparativas, incluindo posição geoestratégica, recursos naturais (das fontes de energia renovável ao mar e às reservas minerais), capacidade de formação de talento em várias tecnologias e serviços, base industrial e de serviços existente, potencial para liderar transições nas economias verde, azul e digital. A educação, o sistema científico e tecnológico, o ecossistema inovador, e o setor exportador têm que ser “locais” de exigência, mérito, abertura ao risco e atitude de cooperação interna e internacional.

20 Medidas emblemáticas

O Programa eleitoral da AD para a legislatura 2025-2029 combina continuidade e novidade, o aprofundamento deste exercício de um ano de governação, a resposta a problemas preexistentes mas que tinham sido omitidos ou subestimados e a adequação ao agravamento das tensões, conflitos e estabilidade internacional.

O programa divide-se em três partes, a primeira de balanço, a segunda com programa social e a terceira com o programa económico. Destes, destacam-se as seguintes medidas emblemáticas:

1. MENOS IMPOSTOS SOBRE O TRABALHO, ESPECIALMENTE PARA A CLASSE MÉDIA

Reduzir IRS em 2.000 milhões €, dos quais 500 milhões já em 2025, baixando a carga fiscal sobre os rendimentos, em especial para a classe média. Estimular também a poupança.

2. MAIS RENDIMENTOS

Salário Mínimo de 1.100€ e salário médio 2.000€, e nenhum pensionista com rendimento abaixo de 870€

3. MELHORAR A VIDA DOS MAIS VELHOS

Continuar a valorizar as pensões. Aumentar o Complemento Solidário para Idosos para garantir que nenhum pensionista tem rendimento abaixo de 870€, e que há isenção total na compra de medicamentos. Programa de Envelhecimento Ativo.

4. UM PAÍS PARA JOVENS

Garantir a continuidade das novas medidas para fixação dos jovens: IRS Jovem reduzido, Isenção de IMT e de Imposto de Selo e garantia pública na compra da primeira casa;

5. GARANTIMOS BOAS CONTAS PÚBLICAS

Continuar a assegurar saldos orçamentais ligeiramente positivos e redução do peso da dívida pública, de forma saudável e equilibrada, baixando impostos e valorizando os trabalhadores e investimento públicos

6. MAIS ACESSO À SAÚDE, NO SNS & COM PARCERIAS

Garantir médicos de família para todos, mais cuidados domiciliários, criar o Gestor do Doente Crónico. Aposta nas PPPs, nos centros saúde contratualizados (USFs B e C) e nas convenções para aumentar o acesso de quali-

dade aos cuidados de saúde, aos cuidados paliativos e aos cuidados continuados. Desenvolver um plano de Saúde Oral para os portugueses mais carenciados e cuidados de nutrição e reabilitação.

7. CONSTRUIR MAIS CASAS

Aumentar a construção, reabilitação e arrendamento de casas, flexibilizando regras e licenciamento da construção e reduzindo a tributação para aumentar a oferta. Executar as 59 mil casas públicas a preços acessíveis e disponibilizar financiamento para mais projetos municipais

8. GARANTIR CRECHES E PRÉ-ESCOLAR PARA TODAS AS CRIANÇAS

Contratualizar até 12 mil vagas no Pré-Escolar para os territórios com necessidades identificadas

9. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES NA EDUCAÇÃO

Criar um serviço gratuito de apoio ao estudo para alunos carenciados ou em risco. Reforçar a atração de professores para regiões com mais alunos sem aulas. No ensino superior, aumento da bolsa mínima de ação social.

10. LIMITAR TELEMÓVEIS NAS ESCOLAS

Proibir Telemóvel nas escolas até ao 6º ano e regular o consumo de redes sociais pelas crianças (até aos 12 anos)

11. PORTUGAL SEGURO e JUSTIÇA RÁPIDA

Mais polícias nas ruas e videovigilância nas áreas sensíveis. Julgamentos rápidos para crimes violentos ou graves, desde logo com deteção em flagrante delito

12. IMIGRAÇÃO REGULADA E HUMANISTA

Criação da Unidade de Estrangeiros e Fronteiras na PSP. Regulação dos fluxos de entrada considerando capacidade de integração do País. Rever requisitos para obtenção de nacionalidade. Reforçar as medidas de integração. Regime rápido e eficaz de afastamento de estrangeiros em situação ilegal

13. AÇÃO ANTI-CORRUPÇÃO

Prevenir e combater a corrupção, com a regulamentação do lobbying, perda alargada dos bens, e reforço dos meios

14. INVESTIR NA DEFESA

Alcançar despesa de, pelo menos, 2% do PIB, antecipando a meta de 2029, e desenvolvendo a capacidade industrial nacional para criar emprego e gerar valor acrescentado, e nunca pondo em causa o Estado social

15. APOSTAR NAS EMPRESAS PARA ACELERAR O CRESCIMENTO ECÓNOMICO

Redução transversal de IRC sobre as Empresas, com diminuição gradual até 17% (e 15% para PME's). Simplificação fiscal e aceleração da justiça tributária. Estímulo às exportações, reforçando os apoios às empresas no contexto das tensões internacionais. Valorizar a atividade e investimento nos territórios do Interior.

16. CORTE DA BUROCRACIA, MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO: PLANO DE AÇÃO PRIORITÁRIA PARA UM ESTADO AO SERVIÇO DAS PESSOAS

Modernizar a máquina do Estado, para um serviço mais ágil, centrado nas pessoas e empresas. Simplificar e acelerar os licenciamentos, contratação pública, taxas administrativas e a justiça administrativa e fiscal. Criar os Identificadores Únicos da Empresa e do Imóvel.

Garantir que o Estado paga os seus compromissos num prazo de 30 dias, e que os serviços públicos decidam os processos dos cidadãos e empresas dentro dos prazos legais

17. VALORIZAR OS TRABALHADORES PÚBLICOS

Concluir revisão de carreiras até 2027, reconhecer o mérito e qualificação, e apostar em prémios de desempenho

18. TRABALHAR COMPENSA

Garantir que os regimes de apoios sociais e tributação são benéficos para quem trabalha

19. COMBATE ÀS 4 CHAGAS SOCIAIS

Combater prioritariamente a Violência Doméstica, Consumo de Drogas, Sinistralidade Rodoviária e Sem Abrigo

20. ÁGUA QUE UNE

Grande programa de investimento em infraestruturas eficientes de armazenamento, segurança, transporte e abastecimento de água para consumo humano, agrícola e empresarial

Medidas emblemáticas concretizadas

- Descemos acentuadamente os impostos no IRS, IRS Jovem e IRC
- Recuperámos o controlo das fronteiras, regulamentámos a imigração
- Decidimos o novo aeroporto de Lisboa: Aeroporto “Luís de Camões”
- Decidimos a 3ª Travessia sobre o Tejo e a Linha de Alta Velocidade (TGV)
- Reforçámos as prestações sociais: Aumento do CSI para idosos mais desfavorecidos (550€ para 630€), medicamentos gratuitos para beneficiários do CSI e antigos combatentes e aumento das prestações sociais para IPSS
- Atribuímos um Suplemento Extraordinário aos Pensionistas de 200€ para pensões até 509,26€; 150€ para pensões entre 509,26€ e 1018,52€ e 100€ para pensões entre 1018,52€ e 1527,78€
- Valorizámos 19 carreiras da função pública
- Criámos mais lugares para o pré-escolar, alargando ao setor particular e cooperativo
- Atraímos mais investimento privado (no elétrico para a Auto Europa; CALB Fábrica de baterias para veículos elétricos de Sines; Lufthansa Technik, entre outros)
- Aumentámos a abrangência do Porta 65 e reforçámos a oferta pública de habitação, com o início da construção de 59 000 novas casas
- Duplicámos a consignação de IRS para as entidades do setor social
- Isentámos os jovens de IMT e de Imposto de Selo e Garantia Pública na compra da primeira casa
- Concedemos acesso gratuito a palácios, museus e monumentos
- Criámos a Linha SNS Grávida
- Relançámos as Parcerias Público-Privadas na saúde

- Criámos o passe ferroviário verde e alargámos o passe gratuito
- Promovemos a saúde mental com disponibilização de cheques-psicólogo (mais de 100 mil consultas)
- Extinguimos o arrendamento coercivo e fim da suspensão de licença no alojamento local
- Reduzimos substancialmente os alunos sem aulas
- Reduzimos significativamente os atrasos nas cirurgias oncológicas
- Simplificámos o acesso aos serviços públicos, restabelecendo o atendimento presencial sem marcação